

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.: XER00045

Data: 18.05.80

Pg.: _____



Os parlamentares apresentaram aos índios um projeto para mudança da reserva.

Índios: uma vida sob tensão

Com a desapropriação de extensa área de terra para construção de barragem junto a reserva indígena de Ibirama, os índios começam a enfrentar problemas e incertezas, com a fatal mudança que deverão fazer. Uma comissão de parlamentares esteve esta semana na reserva. (Pág. 10).

Índios e parlamentares discutem desapropriação

Ibirama, em 1979, uma comissão de parlamentares e diversas autoridades do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, compareceram à reserva indígena de Ibirama, bem como visitaram as obras da Barragem Norte, que desapropriou 817,428 ha., daquela reserva.

De início, a comissão de parlamentares entre os quais se incluí o Deputado Alvaro Correia, do PMDB, seu Presidente, Deputado Gerônimo Maciel, do PDS, Relator, e Lauro André da Silva, representante pelo PMDB, de Rio do Sul, bem como o Diretor Regional do DNOS Eng.º Aurélio Carlos Remor, se encaminharam aos representantes da reserva indígena de Ibirama, gerenciando e explicando, com muita documentação, qual seria a solução apresentada para a desapropriação de suas terras.

Entre diversas alternativas apresentadas, o D.N.O.S. apresentou como a mais viável, aquela que propõe uma permuta dos 817,428 ha. de terra da reserva, por 714 ha. na mesma região, porém em pontos mais afastados.

Esta alternativa, teria como compensação pelos hectares perdidos, a possibilidade do uso da área a ser desapropriada, fora de seu período de enchente. A proposta seria realizar, nesta época, culturas de irrigação, (ou seja, lavouras que se beneficiam com a irrigação).

As áreas substituídas, seriam uma de cerca de 500 ha. ao Sul do Eixo da Barragem. Esta área é possuída por três rios: rio Hercílio, rio Canharana e rio Dolman.

Ao Norte, ao limite das terras da FUNAI, seriam desapropriadas terras de 60 lavradores, numa área total de 214 ha. Além disto, se propõem, realizar, nos pontos em que as comunidades indígenas desajam, núcleos residenciais, com casas de propriedade dos índios, que poderiam usar como quisessem, inclusive removê-las.

Junto a isto, escolas, enfermarias, professores e 14 novos funcionários da FUNAI, que conforme palavras dos representantes parlamentares "já se encontravam nos postos da FUNAI". Tudo isto, com o auxílio adicional de técnicos em agricultura, dariam condições dignas aos indígenas de sobrevivência, que possuiriam, inclusive, rios para prática da pesca, além da caça e agricultura.

Situação dos Índios

Já para os índios, a situação é bem diversa. Primariamente todas as promessas e alternativas foram feitas de boca, não ficando sequer um documento em mãos dos representantes das tribos como o Prof. Lino, líder dos mestiços Xokleng e o Cacique Priprá, dos Botocudos.

No mesmo momento em que o líder parlamentar Alvaro Correia afirmava que já haviam novas pessoas no posto da Funai e duas escolas funcionando, o líder Xokleng, Lino, se mostrava muito surpreso pois conforme palavras deles "até agora não estamos sabendo de nada, e além do mais a única escola que possuímos está parada há meio ano".

Argumentou também "que gostaria muito que todos estes projetos apre-

sentados, nos quais acredito em suas palavras como melhores, fossem apresentados ao conselho de tribos, para que todos nós discutíssemos em conjunto as soluções propostas".

Notou-se de qualquer forma, uma falha de comunicação entre os atuais representantes da FUNAI e os índios, pois, a idéia que se tem, é que a FUNAI espera que os índios procurem a Funai para saber das "novidades".

Além do mais, existe uma franca desconfiança por parte dos índios e dos elementos que representam a FUNAI. Aliás, estes em relatórios a serem apresentados em Brasília, são muito severos em suas críticas com respeito aos índios, chegando a afirmar em certos trechos que "é impossível projetar qualquer atividade florestal que inclua o trabalho do índio, pois estaríamos comprometendo capital e tempo" (Relatório Geral da 4ª. Delegacia Regional da FUNAI).

Depoimentos
 Os índios alegam que recebem uma área que é tida como usufruto, porém, ironicamente, não podem usá-la, pois se cortam árvores, estão incursos na Lei de Segurança Nacional, e a terra, conforme depoimentos da própria FUNAI, é uma área montanhosa, a fertilidade no geral é baixa, elevando-se um pouco mais nas encostas e na margem do rio Hercílio. A agricultura não poderá ser extensiva, apenas de subsistência.

Em suma, índio não pode comerciar, pois não possuem terra adequada para isto, não pode usar as árvores, pois é reserva florestal e estariam contribuindo para o desmatamento. Como sobreviver então? Não possuem médico, se necessitam de cuidados precisam tomar um ônibus, pago, que leva duas horas até o posto em Ibirama.

Mesmo sendo agricultura de subsistência, não têm direito para comprar sementes, não possuem tratores, não possuem caminhões que poderiam transportar madeiras caídas. Eles vendem toras de madeira caída, à 25 cruzeiros cada. Mesmo que as estoquem, não têm caminhão para transportar e ficam no aguardo de algum comprador que "apareça", o que além do mais reduz suas chances de ganho.

As decisões são tomadas de cima para baixo. Se sentem com as mãos amarradas, e muitas vezes tratados como "vagabundos" que "não gostam de trabalhar", como é idéia corrente.

Desmatamento

Por sua vez, apesar do rígido controle do IBDF e da Polícia Federal, empresas madeireiras como a Tito Rocha, usam até índios neste desmatamento, pois "eles sim possuem caminhões e "infra-estrutura" pra tal", conforme declaração dos parlamentares.

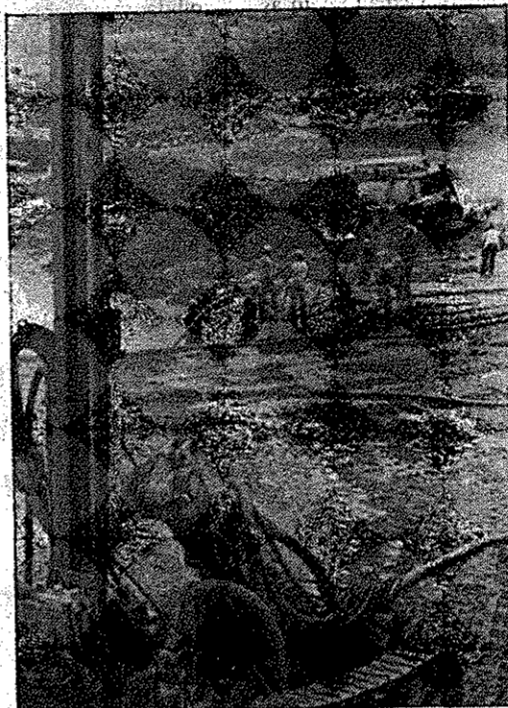
O índio Chinkaban está internado no Hospital Santa Isabel, de Blumenau, em isolamento, em vias de amputar sua perna, colhido que foi, pelo caminhão da Tito Rocha, quando prestava serviços a esta empresa.

Alguns índios são acusados pelo Engº Florestal Miguel Serodiu Milano, que enviou relatório ao Delgado Regional, José Carlos Alves, de "pro-

A construção da barragem sobre o rio Hercílio, em Ibirama, tem causado inúmeros problemas para os índios da reserva indígena ali localizada. A desapropriação das terras e a futura localização da reserva vem sendo discutida, mas os índios estão desconfiados, porque ouviram muitas promessas mas não ficaram com nenhum documento que lhes proporcionassem maiores garantias.



Parlamentares ouviram os líderes indígenas sobre os problemas



Os trabalhos na barragem prosseguem: 20 horas diárias

moverem o desmatamento e a venda ilegal de madeiras" e sugere "contactos com o I.B.D.F. e a Polícia Federal, para ação imediata na área, bem como desta delegacia".

Sobrevivência ameaçada

"Não estamos indenizados, não temos tratores para virar a terra, caminhões para transportar madeira caídas, não podemos comerciar, já que não temos infra-estrutura mínima para isto e até para vir ao médico precisamos de dinheiro" denunciou uma índia, que vivem em condições péssimas com três filhos, num barracão da reserva.

Já a assistente Social Maria Pinto da Nóbrega, afirma em seu relatório de viagem, feito em uma semana, que "dada a carência de material escolar, os professores levaram os alunos a "cooperar" com os colegas, dividindo lápis e cadernos a fim de haver uma maior participação". E ainda sugere no final de seu relatório a "demissão de funcionários índios que não estejam correspondendo satisfatoriamente".

Se não têm dinheiro, como ter material, e como cooperar? A solução é demitir os pouco índios que ainda têm um meio de sobrevivência?

Dom Tito Buss, Bispo do Rio do Sul, em correspondência enviada à Assembleia Legislativa de Florianópolis, solicita às autoridades providências para que "verifiquem a situação dos índios", e "alega-se que eles estariam sendo gravemente prejudicados com a permuta da área, pois a nova seria de qualidade muito inferior à que perdem".

O índio prefere ser dono de suas terras. Exige também, ser consultado nas decisões, e nega-se a ser um joguete daqueles que decidem por e em nome dele.

Quando nos idos tempos da descoberta do Brasil, estes se situavam às margens dos rios, não se via nos índios nenhum indício da "vagabundagem e má vontade de trabalhar" tão propagada como motivo de seus infortúnios, e sim uma comunidade próspera e em harmonia com a natureza.

A Assistente Social, Marisa Nóbrega, denuncia, inclusive, em seu re-

latório o "contacto desonesto do operário/branco empregado naquele empreendimento (a barragem), com índios do posto indígena, o que levou a intensificar a prostituição.

O índio sempre foi conhecido como o ser que mais respeita a natureza, e não é dele que provém nem o desmatamento nem a poluição. Se o desmatamento atualmente existe, bem como a prostituição é antes pela falta de condições de sobrevivência.

Função Policial dos Índios

"Se déssemos aos índios a posse e uso da área desapropriada pelos DNOS (pois a maior parte do ano a bacia hidráulica estará seca), realmente seria muito conveniente para o DNOS, porque a área é muito grande, não havendo possibilidade do Departamento exercer a fiscalização para a penetração do intruso", afirma o Engº Aurélio Carlos Remor, Diretor Regional do D.N.O.S. em seu memorando nº 328, de 13 de maio de 1980, encaminhando ao Diretor Geral, José Reinaldo Carneiro Tavares.

Com isto, ficou bem claro, inclusive

através de palavras textuais do Engº Aurélio Remor, que vê-se no índio a possibilidade de controle e fiscalização das áreas, não somente da região da barragem hidráulica, como também as dos futuros 214 ha a serem desapropriados, ao Norte, de colonos brancos.

Chegou a aventar-se a possibilidade de se armarem os índios para policiarem a área da reserva. Com isto, o governo, o DNOS, se excluem da posição incômoda de evasão de intrusos ou pessoas insatisfeitas com as expropriações. E se os índios aceitarem o acordo proposto, serão incumbidos desta desagradável tarefa.

Barragem

Na barragem, os trabalhos prosseguem num regime de 20 horas diárias, de segunda a sábado. O estágio atual, considerado "crítico" pelos técnicos, é aquele que saindo da fundação prossegue no levantamento maço das barragens.

"O fundo do leito do rio deve ficar limpo que nem um salão" comentou o Engº Casamiro Morarski, consultor para o DNOS.

Realmente, enquanto uma parte dos operários já iniciava o levantamento do maço, feito através de seleção e reposição de elementos apropriados para não haver delasagem do solo, outra turma completava os trabalhos de limpeza do "fundo do salão".

O leito do rio é coberto por uma massa rochosa que é totalmente limpa, inclusive com hidrantes, e após inicia-se o levantamento.

Já os operários contratados pela CONVAP, em torno de 400, trabalham em turnos de 11 horas cada um, percebendo Cr\$ 17,50 por hora de trabalho 90% destes operários.

Existem alguns que ainda recebem Cr\$ 16,00 a hora. Numa estimativa de ganho de Cr\$ 17,50 a hora, com 11 horas de trabalho, apenas com parada

para almoço, sem descanso, estes operários ganham Cr\$ 3.600,00. Apenas uma percentagem mínima de operários que preenchem as vagas de tratoiristas e mestres, recebem um salário mais elevado.

O operários vivem num verdadeiro regime de campo de concentração, trabalhando de segunda a sábado, folgando aos domingos, sem muitas opções de lazer. Revistas e jornais são escassos, e uma viagem a Ibirama leva quatro horas, ida e volta.

A alimentação, em marmitas, é levada aos operários, em seu local de trabalho, em meio a um barulho ensurdecedor e muita umidade, consistindo no diário arroz, feijão e um pedaço de carne. Um funcionário comentou que são distribuídas laranjas aos operários, devido a umidade do local. Estes operários vivem em galpões, com camas beliches, e apenas os casados têm direito a casa própria.

Orçamento das Obras

O prazo de término das obras, está calculado para fins de 81, e as despesas totais estão orçadas em um bilhão de cruzeiros.

Com o término desta barragem, que integra um complexo de três, representando os rios Hercílio, Itajaí Mirim e Itajaí Açu, a área do Alto Vale do Itajaí, receberá uma proteção de 40%. Apesar disto, no caso de cheias, estas não ultrapassariam a cota 9, faixa mínima de segurança.

As obras desta barragem iniciaram em 76, mas em 15 de setembro de 1957, "conforme palavras do Dep. Alvaro Correia, "foram dados os primeiros passos para a viabilização deste empreendimento, que desde há muito alijia todos os moradores do Alto Vale do Itajaí, atingindo que foi por constantes cheias, algumas de proporções calamitosas como as corridas em 54, 57, 62, 75 e 78.

